

## ● Tema da Semana **MNNP VOLTA SE REUNIR**

*Trabalhos foram coordenados pelo novo secretário da SRH*

**A** Mesa Nacional de Negociação Permanente reuniu-se pela primeira vez em 2004 no último dia 15 de janeiro, sob a coordenação do novo Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sérgio Mendonça.

Na retomada dos trabalhos da Mesa, o secretário discriminou para os servidores os números da conta de pessoal contidos na Lei Orçamentária Anual (LOA de 2004) aprovada pelo Congresso Nacional, que deverá ser sancionada pelo Presidente da República até o fim de janeiro.

Segundo os números apresentados pelo governo, o Orçamento Geral da União de 2004 contém uma dotação para pagamento de pessoal dos três poderes da União no valor total de R\$ 84 bilhões - um crescimento nominal de R\$ 6 bilhões se comparado com R\$ 79 bilhões executados em 2003.

Entretanto, como esclareceu o secretário aos representantes da Mesa, essa disponibilidade de R\$ 6 bilhões contida no Orçamento está comprometida em R\$ 2 bilhões com o pagamento de precatórios judiciais, R\$ 739 milhões pelo crescimento vegetativo da folha de pagamentos e R\$ 1,1 bilhão com o Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário aprovado no final de 2002.

O restante, R\$ 2,2 bilhões, está proposto no Orçamento da seguinte maneira:

- ▶ R\$ 1,5 bilhão para o reajuste linear
- ▶ R\$ 295 milhões para o pagamento de benefícios
- ▶ R\$ 294 milhões para a realização de concursos
- ▶ R\$ 154 milhões para reestruturação de carreiras

Segundo o Mendonça, a realidade orçamentária é o marco para que a bancada do governo e dos servidores possam trazer as suas propostas para serem apresentadas na próxima reunião da Mesa, já marcada para o próximo dia 19 de fevereiro.

A mudança da data base dos servidores para maio foi outro ponto discutido que deverá ficar para decisão na próxima reunião, uma vez que ainda não existe posição firmada pela bancada do governo em virtude de questionamentos jurídicos.

Sérgio Mendonça disse ainda aos representantes dos servidores que, das questões prioritárias que estão sendo tratadas pela Secretaria de Recursos Humanos, o estudo das Diretrizes de Plano de Carreiras é o principal e mais urgente porque irá nortear o trabalho da Mesa Nacional de Negociação Permanente e das comissões temáticas.

### *Em Destaque*

#### **GREVE DE PERITOS DO INSS**

*Médicos rejeitam proposta do governo*

**E**m greve desde o dia 3 de dezembro de 2003, os médicos do INSS rejeitaram a proposta apresentada pelo governo federal que continha os seguintes itens:

- a) formação de comissão composta por servidores e governo para elaborar projeto de lei destinado a reestruturar a carreira de perícia médica da Previdência Social;
- b) definição de calendário para implementação, até dezembro de 2005, de nova tabela de remuneração que iria atender aos 2.450 médicos ativos e 2.750 aposentados, respeitando-se em 2004 o limite de aumento de despesa de R\$ 35 milhões;
- c) realização no início do segundo semestre de

2004 de concurso público para a carreira, a fim de permitir a ampliação da capacidade de atendimento à população e começar a substituição de médicos peritos credenciados por servidores públicos.

A categoria insiste na implementação de nova tabela de remuneração já em 2004, o que significaria um impacto imediato de R\$ 180 milhões - recursos que o governo federal não dispõe para o atendimento de uma única carreira neste ano.

Com a negativa dos servidores, o governo federal vem trabalhando unilateralmente no projeto de lei que estrutura a carreira de perícia médica da Previdência Social para envio ao Congresso Nacional o mais rápido possível. A urgência é necessária, uma vez que, sem a aprovação do Projeto de Lei estruturando a carreira e criando cargos, não será possível a realização de concurso público no segundo semestre deste ano.

## Em Destaque

## FERIADOS DE 2004

*Dia do Servidor será comemorado em novembro*

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão divulgou através da Portaria nº 876, de 17 de dezembro de 2003, o calendário com as datas de feriado nacional e de ponto facultativo referentes ao exercício de 2004. As normas definidas pela portaria deverão ser observadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

De acordo com a determinação do Ministério do Planejamento, 1º de novembro deste ano será considerado excepcionalmente como ponto facultativo em comemoração ao Dia do Servidor Público. Também segundo a portaria, os feriados civis e religiosos declarados em lei estadual ou municipal deverão ser considerados como tal nas repartições da Administração Pública Federal nas respectivas localidades.

Veja a relação dos feriados:

1º de janeiro	Confraternização Universal	feriado nacional
23-24 de fevereiro	Carnaval	ponto facultativo
25 de fevereiro	quarta-feira de Cinzas	ponto facultativo até as 14 horas
9 de abril	sexta-feira da Paixão de Cristo	feriado nacional
21 de abril	Tiradentes	feriado nacional
1º de maio	Dia do Trabalho	feriado nacional
10 de junho	Corpus Christi	ponto facultativo
7 de setembro	Independência do Brasil	feriado nacional
12 de outubro	N.Sra. Aparecida	feriado nacional
1º de novembro	data alusiva ao Dia do Servidor	ponto facultativo
2 de novembro	finados	feriado nacional
15 de novembro	Proclamação da República	feriado nacional
24 de dezembro	véspera do Natal	ponto facultativo a partir das 14 horas
25 de dezembro	Natal	feriado nacional
31 de dezembro	véspera de Ano Novo	ponto facultativo a partir das 14 horas

## EMPRÉSTIMO PARA SERVIDOR

*Modalidade de financiamento estará disponível em fevereiro*

A partir do primeiro dia útil de fevereiro, cerca de 1,2 milhão de servidores públicos civis do Poder Executivo, correntistas do Banco do Brasil, poderão fazer empréstimos a juros menores que os praticados no mercado. Segundo a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o sistema está sendo ajustado para que dentro deste prazo a nova linha de crédito já esteja em operação nos milhares de terminais de auto-atendimento do banco em todo o Brasil.

O empréstimo especial para servidor é fruto de convênio celebrado em dezembro de 2003 entre o Banco do Brasil e o Ministério do Planejamento e deverá ser estendido a outras instituições bancárias. Nesse tipo de financiamento, as prestações são descontadas diretamente no contracheque. As taxas de juros variam de 1,75% a 3,10% ao mês. O cálculo das taxas leva em conta o tempo de quitação do empréstimo, que pode durar até 36 meses. Os servidores filiados aos sindicatos de suas categorias serão contemplados com taxas menores.

A tabela e as condições gerais podem ser consultadas no Contato nº 23 de 1º de dezembro de 2003.

## GESTÃO PÚBLICA PARA UM BRASIL DE TODOS

*Novo Estado requer novos servidores*

O novo modelo de desenvolvimento proposto pelo governo exige um Estado atuante, promotor da justiça social. Entretanto, existe um déficit institucional que precisa ser superado e reformulado. Dentro dessa ótica, a recomposição da força de trabalho do Poder Executivo é um dos pontos importantes para a definição de uma gestão pública eficiente voltada para os cidadãos brasileiros.

Desde 2003, têm sido autorizados concursos para substituir trabalhadores temporários e terceirizados que exerciam funções de servidor público. Foram criadas 24.809 vagas em 2003, número superior à soma dos últimos três anos.

Para 2004, continua a política de substituição de terceirizados por servidores e reforço do quadro do Executivo Federal. No total, estão previstos 41.380 novos ingressos no quadro do funcionalismo da Administração Pública Federal. Até o momento foram autorizadas 3.315 vagas.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual deste ano, o maior contingente de oportunidades (16.822 vagas) será destinado aos setores de seguridade social, trabalho, educação e esportes. Para as áreas de defesa, justiça e segurança pública (8.232), cultura, meio ambiente e ciência e tecnologia (3.353), indústria e comércio, infraestrutura, agricultura e reforma agrária (3.433), regulação de mercado (3.100), auditoria, finanças e fiscalização (2.902), gestão e diplomacia (2.527), jurídica (711) e regulamentação e fiscalização do sistema financeiro (300).

**Cidadão**, fique atualizado sobre as ações mais importante do governo federal: escreva para [emquestao@secom.planalto.gov.br](mailto:emquestao@secom.planalto.gov.br) e assine.

**em questão**

<http://www.brasil.gov.br/emquestao>